

O CONDE ITALIANO ERMANNO STRADELLI: UM MESTRE DO NHEENGATU NO SÉCULO XX

Ermanno Stradelli nasceu de uma antiga família de nobres da cidade de Borgo Val di Taro (atualmente na província de Parma, Itália), em 8 de dezembro de 1852. Seu pai, Francesco Stradelli, recebeu o título nobiliárquico de conde pouco antes do nascimento do primogênito Ermanno. A juventude de Ermanno Stradelli é bem descrita por Câmara Cascudo:



“Ermanno é vivo, impetuoso, impulsivo, muito comunicativo. Completou os estudos ginasiais no colégio de Santa Catarina, em Pisa. Suas leituras prediletas são as narrações de viagens, que lhe evocavam mistérios, a valentia física, o estupor das florestas virgens, dos desertos silenciosos, dos índios incompreensíveis, dos animais fabulosos”.

Estudou Direito em Pisa, estudos interrompidos pouco antes da partida para a Amazônia. Completa o curso somente em 1886, com a tese de formatura em Direito Internacional, com um título significativo *“Se le nazioni civili abbiano o no il diritto di appropriarsi dei territori occupati da popoli Barbari”*.

Em 25 de abril de 1878 Ermanno Stradelli pede para dividir a herança do pai. Tem o desejo de partir. Inicialmente pensa na África, mas depois opta pela América Latina. Depois de um ano, em 9 de abril de 1879, parte do porto de Bordeaux, na França, para o Brasil. Tinha 27 anos. Chega a Belém, depois prossegue para Manaus, para onde embarca no final de julho.

A sua primeira atividade foi a de fotógrafo. Instalou-se no centro de Manaus. Passa a frequentar os missionários franciscanos italianos, buscando saber como poderia relacionar-se com os indígenas. Durante a primeira viagem de exploração, em outubro de 1879, perde todo o seu equipamento geográfico e fotográfico num naufrágio.

Começa a se interessar logo pela língua geral das populações da bacia amazônica, o nheengatu. Em julho de 1880, navegando pelo Rio Amazonas, conhece o Conde Alessandro Sabatini, que o inicia no estudo daquela língua.

Em 1881 visita a zona do Rio Uaupés, que era objeto de estudo do grupo de pesquisadores de Manaus ligados ao botânico Barbosa Rodrigues. Maximiliano José Roberto, filho de um índio Manao e de uma índia Tariana, nos anos posteriores recolherá para Stradelli a versão original da lenda de Jurupari. O texto será depois publicado no boletim da Real Sociedade Geográfica Italiana.

Em 1883 vai ao rio Madeira e se fixa depois em Itacoatiara para curar-se de malária, que havia contraído naquela época. Ali reorganiza a primeiras palavras recolhidas para o seu *Vocabulário*.

Em 14 de fevereiro de 1884 está em Manaus, onde coloca a primeira pedra para a construção do teatro Amazonas, na condição de representante da firma Rossi e irmãos, que tinha ganhado a primeira concorrência para a construção do teatro.

Em 29 de março de 1884, parte como fotógrafo com Barbosa Rodrigues para uma expedição de pacificação dos índios Crichanas. Stradelli e Barbosa Rodrigues sobem o rio Jauaperi. Retornam a Manaus em 16 de abril do mesmo ano.

Em agosto de 1884 Stradelli volta à Itália, onde concluiu, entre 1885 e 1886, o curso universitário de jurisprudência em Pisa. Em 1886 está em Gênova, onde faz prática forense junto ao escritório do advogado Orsini. No mesmo ano apresenta ao VI Congresso Internacional dos Americanistas de Turim os desenhos dos petróglifos recolhidos no Uaupés. Em janeiro de 1887 escreve para a Sociedade Geográfica, comunicando a sua iminente partida para o Brasil. Em fevereiro de 1887, parte para a Amazônia do porto de Marselha.

Stradelli passou 45 anos no Brasil. Viveu os momentos dourados do ciclo da borracha, assistiu a todos os fatos importantes que acompanharam aquelas décadas na Amazônia. Seus últimos anos, porém, foram muito tristes: contraiu lepra, o que o fez ser esquecido pelas elites da época. Passou seus últimos três anos de vida no leprosário Umirizal, perto de Manaus, totalmente abandonado e pobre. Morreu em 21 de março de 1926.

Publicou as seguintes obras:

- 1876, *Una gita a Rocca d'Olgisio*, Tipografia V. Porta, Piacenza
- 1877, *Tempo sciupato*, Tipografia Marchesotti
- 1885, *La confederazione dei Tamoi* (tradução do português da obra de Gonçalves de Magalhães), Tipografia V. Porta, Piacenza
- 1890, *Il Vaupes e gli Vaupes*. Bollettino della Società Geografica Italiana, 3ª série, vol. 3, pp. 425-453.
- 1898, *Ajuricaba*, poema publicado no jornal "O Correio do Purus"
- 1900, *Due legende amazzoniche*, Tipografia V. Porta, Piacenza
- 1900, *Pitiapo*, editor desconhecido
- 1910, *Vocabulários de linguas faladas no Rio Branco*, in Relatório Geral do Congresso Científico Latino-Americano. Vol. VI, Rio de Janeiro.
- 1928, *Vocabulário Nheengatu-Português e Português-Nheengatu*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

Em 1920, Stradelli escrevia as seguintes palavras sobre o nheengatu (publicadas no *Vocabulário Nheengatu-Português e Português-Nheengatu*):

“O Nheengatu e o Guarani [...] têm de comum não só uma infinidade de palavras e raízes, mas a construção e feição da frase. A asserção não é minha. Simpson, no prefácio á sua Gramática de Língua Geral (1867), accentua o fato de que, ao tempo da guerra do Paraguai, os caboclos do Pará e os tapuios do Amazonas se entendiam com relativa facilidade com os paraguaios. A mesma cousa me relata o meu finado amigo, general Dionysio de Castro Cerqueira, então membro da Comissão de Limites entre o Brasil e a Venezuela, que gostava de entreter as longas horas de acampamento, relatando fatos e episódios da guerra, em que tinha tido a sua primeira promoção.

Nheengatu, Boa Língua, é o nome que lhe dão tanto no Pará como no Amazonas os que a falam tradicionalmente como língua dos seus maiores, aprendida dos lábios maternos. Língua geral é o nome que lhe é dado pelos civilizados, que não a falam ou a aprenderam por necessidade, como o meio mais cômodo de entender os filhos do lugar e ser entendido por eles ou pelos semicivilizados, a cujo contato se veem obrigados na labuta diária da vida.

Abstração feita de algumas tribos indígenas, que se conservam meio arredias da nossa civilização e que falam a língua geral, como a língua que aprenderam para entrar em relação com os filhos do lugar, donde saem para communicar com o branco, hoje em dia, tanto no Pará como no Amazonas, certo não há ninguém que, embora de uma instrução rudimentar, ignore o português e não o fale mais ou menos corretamente. Em muitos lugares, todavia, deste imenso interior amazônico, além das tribos que se vêm aproximando com maior ou menor relutância da civilização, o nheengatu é ainda hoje falado, como língua preferida, por ser a dos avós, da porta da sala para dentro, e de uso corrente entre os filhos do lugar. O português é ainda, para muitos, a Cariua Nheenga — a língua do branco. E, se já não é a língua do inimigo conquistador, é a língua do estrangeiro, ou, quando menos, a língua do patrão, a língua alheia. Falar o nheengatu, pois, em

muitos casos, é uma vantagem para granjear a confiança e, em muitos outros, se torna uma necessidade para todos quantos, comerciantes ou não, pelo seu gênero de ocupação, se encontram em contato direto com o elemento indígena, que é ainda preponderante em muitos lugares do nosso interior. Eu pessoalmente, se fosse necessário, posso atestar isso mesmo.

(...)

A opinião de que a Língua Geral é criação dos jesuítas, embora quando cheguei ao Amazonas, uns quarenta anos atrás, fosse opinião corrente, basta enunciá-la, para confutá-la. Não se carece ser gramático nem filólogo para saber que as línguas são manifestações vivas e naturais, que surgem necessária e espontaneamente onde há homens reunidos em sociedade. Criação inconsciente da multidão anônima, não se inventa e menos se impõe. Produto espontâneo de afinidades étnicas, de aptidões psíquicas e morais dos grupos que as falam, influenciadas pelo meio, os usos, os costumes, as condições de lugar como pelo grau de civilização alcançado, as línguas são organismos vivos que, como outro vivente qualquer, nascem, crescem e se desenvolvem para culminar numa florescência vigorosa ou estiolar e morrer, seguindo-as fases por que passam os povos a que pertencem.

O que parece ter podido dar corpo a tão estranha crença foi, talvez, o fato de terem sido os jesuítas os primeiros e, por muito tempo, os únicos a recolher e disciplinar a língua em gramáticas e vocabulários, assim como de tê-la introduzido aqui no Norte como a língua com que os missionários se entendiam com os neófitos, chegando a ensiná-la em suas missões de preferência ao português, levados a isso não tanto pelo intuito de subtrair suas missões á influência dos colonos, como pela maior facilidade que encontravam para fazê-la aprender aos indígenas que conseguiam aldear. As afinidades étnicas facilitaram a tarefa, como foram elas que determinaram a escolha, que a impuseram e que, retiradas as missões, permitiram que a língua não se extinguisse, pelo que continuou a viver em todos aqueles lugares, que, por serem afastados dos centros populosos e, pelo excesso do elemento indígena, se conservaram como que refratários, se não hostis, ao elemento português, pouco numeroso, aliás, em todo o interior da Amazônia para reagir e impor-se neste terreno. A área em que a língua geral é ainda hoje falada, tanto no Pará, como no Amazonas, parece confirmar a hipótese. Com efeito, ela desapareceu em todos aqueles lugares em que o elemento português, ou melhor, o elemento brasileiro policiado se tornou verdadeiramente preponderante, assim como não é falada naqueles rios aos quais as missões jesuíticas nunca chegaram. As missões sucessivas, menos metódicas, nada organizaram de duradouro.